
BTG PACTUAL COMMODITIES SERTRADING S.A.
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

Informações disponibilizadas aos senhores acionistas em atendimento a Resolução CVM 81, de 17 de dezembro de 2009 (“Resolução CVM nº 81”).

A Administração da Companhia vem, pela presente, apresentar as informações exigidas nos termos dos Artigos 10 e 13 da Resolução CVM nº 81 e prestar os esclarecimentos abaixo.

Em 11 de março de 2026, as demonstrações contábeis, relatório da administração, parecer dos auditores independentes e formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Companhia foram disponibilizados no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia informa aos seus acionistas que irá publicar as suas demonstrações financeiras, o relatório da administração, parecer dos auditores independentes, conforme determina o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), até a realização da AGO da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026 para a qual não será feita convocação, conforme faculta o §4º do artigo 124 da Lei das S.A. e artigo 22, VII, da Resolução CVM nº 80, e Artigo 10 da Resolução CVM nº 81.

ANEXO A

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de **R\$ 1.090.694 mil**.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A Companhia não distribuiu lucros no ano fiscal de 2025.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A Companhia não distribuiu lucros no ano fiscal de 2025.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A Companhia não distribuiu dividendos de exercício anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados aplicável.

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido (Prejuízo) do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

Ano	Valor (R\$) por ação
2025	R\$ 0,12
2024	R\$ 0,82
2023	R\$ 14,14

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 03 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendos
2025	R\$ 0
2024	R\$505.833 mil
2023	R\$136.839 mil

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 54.535 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A destinação de parcela do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193, da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social.

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o saldo da reserva atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no Artigo 182, §1º da Lei 6.404, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

“Artigo 24º O lucro líquido do exercício, correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais previstos nos artigos 22 e 23 acima, terá a seguinte destinação:

(iii) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos deste Estatuto e da legislação aplicável;”.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não houve pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

a. Informar o montante da retenção

Não houve retenção de dividendos mínimos obrigatórios.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não houve retenção de dividendos mínimos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

“Artigo 24º O lucro líquido do exercício, correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais previstos nos artigos 22 e 23 acima, terá a seguinte destinação:

(iv) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de “Reserva de Investimentos” na forma do § 1º abaixo.”

Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva de lucros a deliberar foi de R\$ 1.171.051 mil no exercício social de 2025.

b. Descrever como o montante foi calculado

Lucro líquido do exercício	R\$ 1.090.694 mil
Efeito de incorporação	R\$ 134.892 mil
(-) Reserva legal	- R\$ 54.535 mil
(=) Reserva de lucros a deliberar	R\$ 1.171.051 mil

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Não será feita convocação para a assembleia geral ordinária, conforme faculta o §4º do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

ANEXO EXIGIDO PELO ARTIGO 10, III, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA,
NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua na comercialização física e de derivativos financeiros relacionados a diversas commodities, com corporações nacionais e estrangeiras, instituições financeiras, produtores e usuários finais, realiza operações de importação de mercadorias, por conta e ordem de terceiros ou por encomenda, exportação de quaisquer produtos e a prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro, mantendo um rigoroso controle sobre suas condições financeiras e patrimoniais, com foco na sustentabilidade de suas operações e na maximização de valor para seus acionistas. Abaixo segue uma análise detalhada das condições financeiras e patrimoniais da Companhia, com base em indicadores de liquidez e endividamento:

- Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez da Companhia demonstram sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo, refletindo a solidez de sua gestão financeira. Os principais indicadores analisados são:

- Liquidez corrente: A relação entre o ativo circulante e o passivo circulante tem se mantido em níveis adequados, acima de 1,0, o que indica que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Esse resultado evidencia uma política conservadora na gestão do capital de giro, garantindo margem de segurança contra eventuais flutuações de mercado.
- Liquidez seca: A liquidez seca indica a relação entre o ativo circulante, excluídos os estoques, e o passivo circulante. Nota-se que, mesmo excluindo os estoques do ativo circulante, a Companhia apresenta uma liquidez seca compatível com sua atividade de realizar importações por encomenda prévia de seus clientes, o que significa que todo seu estoque já se encontra previamente e contratualmente vendido mesmo antes do embarque no exterior. No exercício social encerrado em 2023, a Companhia apresentou índice de liquidez seca superior a 0,65, acima de 1,00 no exercício social encerrado de 2024 e acima de 3,00 em 2025, indicando a evolução da solidez financeira da Companhia. A Companhia ressalta que as mercadorias em estoque já estão encomendadas, de modo que não há risco de liquidez no estoque, apenas risco de crédito dos encomendantes.

Índices de Liquidez	2025	2024	2023
Liquidez corrente	3,84	2,62	1,13
Liquidez seca	3,45	1,90	0,66

- Indicadores de endividamento

Os indicadores de endividamento da Companhia revelam uma gestão prudente e equilibrada do uso de capital de terceiros, com foco em manter a alavancagem em níveis adequados. Os principais indicadores avaliados são:

- Endividamento Geral: A relação entre o passivo total e o ativo total da Companhia tem se mantido em níveis controlados, com um índice de endividamento geral inferior a 0,7x em 31 de dezembro de 2025. Esse nível de endividamento, para uma empresa do setor de *trading companies*, reflete uma política cautelosa, que visa minimizar riscos financeiros sem comprometer a capacidade de crescimento da Companhia.
- Dívida Líquida/EBITDA: A relação entre dívida líquida e EBITDA encontra-se em um nível confortável, inferior a 4x no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compatível com empresas do setor e com o crescimento da Companhia, bem como demonstrando sua capacidade de pagamento da dívida. Já em 31 de dezembro de 2024, o índice torna-se negativo 4,71x, e em 31 de dezembro de 2025 sendo de negativo 27,68x, refletindo uma posição financeira sólida da Companhia, com um nível de caixa e equivalentes superior ao montante de sua dívida bruta. Essa posição decorre do aporte de capital realizado pelo novo controlador e da incorporação, sendo a estratégia da Companhia manter uma reserva de liquidez que garanta flexibilidade operacional e suporte a investimentos futuros, bem como a capacidade de enfrentar possíveis cenários adversos.
- Dívida Líquida/PL: A relação entre dívida líquida e patrimônio líquido encontrava-se em um nível confortável, inferior a 1,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Já em 31 de dezembro de 2024, o índice torna-se negativo em 0,62x, e em 0,59x em 2025, refletindo uma posição financeira sólida da Companhia, com um patrimônio líquido superior ao montante de sua dívida líquida. Essa posição decorre do aporte de capital realizado pelo novo controlador e incorporação, sendo estratégia da Companhia manter uma reserva de liquidez que garanta flexibilidade operacional e suporte a investimentos futuros, bem como a capacidade de enfrentar possíveis cenários adversos.

Índices de Endividamento	2025	2024	2023
Endividamento geral	0,66	0,38	0,87
Dívida líquida / EBITDA	(27,68)	(7,43)	1,16
Dívida líquida / PL	(0,59)	(0,62)	0,88

O balanço patrimonial da Companhia reflete uma estrutura sólida, com ativos bem distribuídos entre ativos circulantes e não circulantes. O patrimônio líquido, representado pelo capital próprio, tem apresentado crescimento consistente, fruto da retenção de lucros e de seu reinvestimento nas operações da Companhia, bem como do aporte de capital realizado pelo novo controlador.

A composição dos ativos demonstra uma estratégia de investimento prudente, com uma significativa parcela de ativos líquidos que asseguram a flexibilidade financeira necessária para responder às demandas de um mercado em constante evolução. Os passivos, por sua vez, são gerenciados de forma a evitar a concentração excessiva de vencimentos em períodos curtos, o que contribui para a estabilidade financeira da Companhia.

b. estrutura de capital

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a continuidade do negócio da entidade assim como oferecer o retorno esperado aos acionistas, trazer benefícios aos seus outros parceiros e assegurar estrutura de capital eficiente, a fim de gerenciar seu custo de capital. Os nossos diretores consideram que a Companhia possui gestão adequada de sua estrutura de capital e que seu patrimônio é adequado frente às suas obrigações de capital de curto e longo prazos.

Na tabela abaixo, consta a nossa estrutura de capital, em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e apresenta a abertura da nossa estrutura de capital entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil, exceto %)	2025	2024	2023
(a) Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	12.193.015	4.380.538	394.081
(b) Capital de Terceiros (Passivo)	23.744.964	2.664.959	2.675.888
(c) Capital Total (Total passivo e PL)	35.937.979	7.045.497	3.069.969
Capital Próprio (a/c)	33,93%	62,18%	12,84%
Capital Terceiros (b/c)	66,07%	37,82%	87,16%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém uma sólida estrutura financeira, o que permite à administração afirmar, com base nos indicadores liquidez apresentados no item 2.1.a acima, que a Companhia possui recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros assumidos.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$ 765,6 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2024 esse montante era de R\$ 330,4 milhões. Os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado (TVM) somavam R\$ 21.781,7 milhões em 31 de dezembro de 2025, comparados a R\$ 2.547,7 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A administração da Companhia entende que os recursos disponíveis nas datas acima mencionadas foram suficientes para sustentar a manutenção e o crescimento das atividades da Companhia, bem como para o cumprimento de suas obrigações financeiras de curto prazo, considerando seu baixo nível de endividamento e elevada liquidez. A Companhia também possui acesso a linhas de crédito junto às principais instituições financeiras, o que lhe confere flexibilidade para negociar condições de financiamento, caso necessário.

Adicionalmente, os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital e disponibilidade de caixa são adequadas para suportar suas obrigações atuais. Caso surjam necessidades adicionais de liquidez, a Companhia entende que possui capacidade para captar recursos de terceiros, conforme demanda.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as principais fontes de financiamento da Companhia consistiam em: (i) geração de caixa proveniente das atividades operacionais; e (ii) aportes de capital realizados pela Engelhart CTP (Brasil) S.A., acionista da Companhia. Essas foram as principais origens dos recursos utilizados para financiamento do capital de giro necessário à condução das operações.

No que se refere a investimentos em ativos não circulantes, a Companhia não possui, atualmente, financiamentos contratados para essa finalidade, mantendo tais ativos em níveis mínimos compatíveis com a natureza de suas atividades.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia considera que os recursos disponíveis, entre caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, são suficientes para suportar suas operações e os riscos financeiros associados. Nesse sentido, entende-se como improvável a necessidade de captação de recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo.

Caso venha a ser necessário suprir eventuais necessidades adicionais de caixa, a Companhia pretende recorrer à captação de recursos junto a instituições financeiras com as quais mantém relacionamento ativo por meio de seu grupo econômico.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As tabelas abaixo contemplam as dívidas relevantes da Companhia referentes aos períodos indicados, com suas principais características:

Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de dezembro de 2025:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/12/2025	Realização	Prazo (dias)	Venciment o
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	103% CDI	Sem garantias	850.000.000	908.838.154	15/01/2024	1095	15/01/2027
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	13,58%	Sem garantias	150.000.000	215.115.616	23/02/2023	1788	17/01/2028
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	102% CDI	Sem garantias	1.328.019.000	1.384.333.853	30/03/2023	1445	15/03/2027
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12,79%	Sem garantias	171.981.000	239.399.684	30/03/2023	1811	15/03/2028
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	101% CDI	Sem garantias	1.734.783.000	1.860.197.190	05/05/2023	2252	05/07/2029
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12,06%	Sem garantias	265.217.000	358.187.271	05/05/2023	2252	05/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	101% CDI	Sem garantias	2.000.828.000	2.137.858	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB29 + 0,10%	Sem garantias	794.261.000	616.958	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/28 + 0,10%	Sem garantias	586.044.000	308.337	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	102,5% CDI	Sem garantias	288.822.000	387.769	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB30 + 0,25%	Sem garantias	354.669.000	867.936	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/29 + 0,25%	Sem garantias	332.027.000	350.088	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	104% CDI	Sem garantias	1.009.749.000	1.081.028	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB33 + 0,40%	Sem garantias	930.571.000	1.017.123	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/30 + 0,40%	Sem garantias	2.203.029.000	2.213.985	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	Debêntures	12,48%	Sem garantias	345.671.000	357.705.254	15/09/2025	3651	15/09/2035
BTG PACTUAL	Debêntures	IPCA + 6,72%	Sem garantias	469.921.000	482.424.671	15/09/2025	3651	15/09/2035
BTG PACTUAL	Debêntures	12,58%	Sem garantias	124.697.000	129.257.051	15/09/2025	5478	15/09/2040
BTG PACTUAL	Debêntures	IPCA + 6,47%	Sem garantias	58.774.000	60.320.092	15/09/2025	5478	15/09/2040
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	6,35%	Aval dos sócios	2.143.212	2.121.986	24/12/2025	14	08/01/2026
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	5,91%	Aval dos sócios	6.067.600	6.061.587	22/12/2025	181	22/06/2026
TOTAL				14.007.273.812	6.012.943.490			

Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de dezembro de 2024:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/10/2024	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,39%	Aval dos sócios	6.078.930	6.968.110	26/08/2024	150	23/01/2025
CITI	Finimp - Financiamento à importação	6,82%	Aval dos sócios	54.949.050	61.526.509	30/08/2024	182	28/02/2025
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	6,04%	Aval dos sócios	30.298.185	32.709.516	21/11/2024	60	20/01/2025
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	5,97%	Aval dos sócios	28.932.394	30.028.840	26/11/2024	90	24/02/2025
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	5,21%	Aval dos sócios	20.828.940	21.400.503	16/12/2024	30	15/01/2025
TOTAL				141.087.499	152.630.478			

Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de dezembro de 2023:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/10/2024	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	58.567.717	58.621.546	14/11/2023	63	16/01/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	56.050.560	53.304.024	27/11/2023	60	26/01/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	745.403	741.791	27/11/2023	60	26/01/2024
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	6,85%	Aval dos Sócios	102.358.104	100.903.435	01/12/2023	35	05/01/2024
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	6,92%	Aval dos Sócios	118.900.175	117.835.324	07/12/2023	34	10/01/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,85%	Aval dos Sócios	118.900.175	117.868.752	07/12/2023	32	08/01/2024
CITIBANK	Finimp - Financiamento à importação	6,82%	Aval dos Sócios	47.202.675	47.218.227	29/12/2023	245	30/08/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,86%	Aval dos Sócios	41.819.760	41.503.097	15/12/2023	33	17/01/2024
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	47.070.863	46.705.984	15/12/2023	32	16/01/2024
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	7,11%	Aval dos Sócios	65.598.976	65.108.898	15/12/2023	32	16/01/2024
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	6,90%	Aval dos Sócios	81.770.362	81.152.251	15/12/2023	32	16/01/2024
MONEY PLUS	Nota Comercial	1,67%	Sem garantias	2.003.330	2.175.752	28/07/2023	180	24/01/2024
MONEY PLUS	Nota Comercial	1,67%	Sem garantias	280.47	300.304	21/08/2023	156	24/01/2024
TOTAL				741.268.569	733.439.385			

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhum dos endividamentos da Companhia existentes, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, possuía cláusula específica contratual de subordinação.

Desta forma, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor, sendo que as dívidas com garantia real contam com preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de e ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia esclarece que determinados contratos de financiamento à importação celebrados com o Banco Safra preveem vedação à assunção de novas dívidas sem a prévia e expressa anuência do referido credor,

ressalvados os empréstimos destinados à gestão ordinária dos negócios, à liquidação de dívidas existentes, ou contratados diretamente junto ao, ou com recursos provenientes do, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Fora essa restrição, não há outras limitações impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento quanto à contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos ou emissão de valores mobiliários. A Companhia também informa que, para a incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A., foram obtidas as anuências dos credores aplicáveis.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica, dado que a Companhia não faz financiamentos de projetos de longo prazo, para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia:

Demonstração do resultado:

<i>(em R\$ mil)</i>	31/12/2025	AV	AH	31/12/2024	AV
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.969.647	100%	2.577,15%	484.458	100%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(12.469.824)	-96,15%	-	-	-
LUCRO BRUTO	499.823	3,85%	3,17%	484.458	100,00%
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(251.826)	-1,94%	103,51%	(123.744)	-25,54%
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	(637)	-	-111,35%	5.612	1,16%
Despesas gerais e administrativas	(252.218)	-1,94%	84,85%	(136.448)	-28,17%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.029	0,01%	-85,49%	7.092	1,46%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	247.997	1,91%	-31,25%	360.714	74,46%
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	984.192	7,59%	-1.345,62%	(79.012)	-16,31%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.232.189	9,50%	337,41%	281.702	58,15%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(141.495)	-1,09%	-1.410,26%	10.799	2,23%
Correntes	(396.585)	-3,06%	-	-	-
Diferidos	255.090	1,97%	2.262,16%	10.799	2,23%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.090.694	8,41%	272,89%	292.501	60,38%

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida da Companhia apresentou crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão das operações e pela mudança de modelo operacional de alguns clientes, que migraram da modalidade de importação por conta e ordem para importação por encomenda, bem como, em 2025, pela incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A. ocorrida em abril, passando a atuar no segmento de Commodities, especialmente pela comercialização física de diversas e seus derivativos financeiros (*hedge*). Em 2025 a receita cresceu 2.577,15% em comparação com 2024, devido à incorporação, e em 2024, a receita cresceu 58,73% em comparação com 2023 devido à entrada de novos clientes e à transição de clientes para o modelo de importação por encomenda.

CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A variação do custo das vendas e dos serviços prestados nos períodos analisados no exercício de 2025 em comparação a 2024 foi proveniente da incorporação da Engelhart CTP (Brasil), passando a apresentar custos em suas operações, cujo principal ofensor é o custo logístico. Em 2024 e 2023, anteriormente à incorporação, a Companhia não operava com custos nas vendas e serviços prestados

LUCRO BRUTO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto cresceu 3,17% comparado ao exercício social de 2024, impulsionado pelo aumento do volume operado no período, bem como pelos efeitos da incorporação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro bruto cresceu 29,18% comparado ao exercício social de 2023, impulsionado pelo aumento do volume operado no período.

(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

No exercício social de 2025, as despesas operacionais aumentaram 103,51%, totalizando R\$ 251,8 milhões, comparado com R\$ 123,7 milhões do exercício social de 2024. Esse aumento deve-se, principalmente, às despesas com serviços contratados de terceiros para fazer frente ao crescimento das operações da Companhia e melhoria em infraestrutura bem como incorporação das operações da Engelhart CTP (Brasil)

No exercício social de 2024, as despesas operacionais aumentaram 58,06%, totalizando R\$ 123,7 milhões, comparado com R\$ 85,3 milhões do exercício social de 2023. Esse aumento deve-se, principalmente, às despesas com serviços contratados de terceiros para fazer frente ao crescimento das operações da Companhia e melhoria em infraestrutura, bem como assessores jurídicos por conta da operação da venda da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está representado por um lucro financeiro na ordem de R\$ 984,2 milhões no exercício social de 2025, em contraste ao prejuízo financeiro de R\$ 79,0 milhões registrado no exercício social de 2024. Esse resultado está relacionado ao resultado das aplicações financeiras e das operações financeiras advindos da incorporação da Engelhart CTP (Brasil).

No exercício social de 2024, o resultado financeiro líquido está representado por um prejuízo financeiro na ordem de R\$ 79,0 milhões, redução de 0,4% em relação ao prejuízo financeiro de R\$ 90,8 milhões registrado no exercício social de 2023. Essa redução está relacionada a capitalização realizada pelo novo sócio na Companhia, aumentando a sua receita financeira, mas também está impactado principalmente, pelos efeitos cambiais e dos juros de financiamentos das operações.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social de 2025 cresceu 337,4%, comparado o exercício social de 2024. O crescimento reflete o aumento no volume de operações de de resultado financeiro, bem como dos efeitos da incorporação.

O Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social de 2024 cresceu 36%, comparado o exercício social de 2023. O crescimento acabou não sendo proporcional ao crescimento das suas receitas, pelo fato de a Companhia ter tido um crescimento em despesas com serviços contratados de terceiros, assessores jurídicos e melhoria em infraestrutura, frente ao crescimento da Companhia.

Demonstração do fluxo de caixa:

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia:

(em R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	-2.643.139	-940.991	13.257
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	421.201	-2.208.977	23.853
Caixa gerado (consumido) pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	2.657.131	3.115.277	199.276

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em 2025, Companhia consumiu caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 2.643,1 milhões, comparado ao consumo de R\$ 940,9 milhões no exercício social de 2024. O consumo está relacionado ao crescimento das receitas líquidas que contribuiu diretamente no aumento no contas a receber e por consequência fornecedores, bem como ao efeito de incorporação ocorrida em abril de 2025.

No exercício social de 2024, a Companhia consumiu caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 940,9 milhões, comparado ao fluxo gerado de R\$ 13,3 milhões no exercício social de 2023. O consumo está relacionado ao crescimento das receitas líquidas que contribuiu diretamente no aumento no contas a receber e por consequência fornecedores.

CAIXA (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Em 2025, a Companhia gerou caixa nas atividades de investimentos de R\$ 421,2 milhões, em comparação com o consumo de R\$ 2.208,9 milhões no exercício social de 2023. A geração de caixa está relacionada as operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de derivativos.

Em 2024, a Companhia aplicou caixa nas atividades de investimentos de R\$ 2.208,9 milhões, em comparação com o caixa gerado de R\$ 23,9 milhões no exercício social de 2023. A aplicação de caixa está relacionada as operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de derivativos.

CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Em 2025, a Companhia gerou caixa pelas atividades de financiamento de R\$ 2.657,1 milhões, comparado ao caixa gerado de R\$ 3.115,3 milhões no exercício social de 2024. O efeito líquido dessa geração de caixa está relacionado aos principais eventos incorridos no período, com emissão de debênture no valor de R\$ 1.000 milhões e aumento de capital de R\$ 1.800 milhões, somado ao pagamento de principal de empréstimos de R\$ 142,9 milhões.

Em 2024, a Companhia gerou caixa pelas atividades de financiamento de R\$ 3.115,3 milhões, comparado ao caixa gerado de R\$ 199,3 milhões no exercício social de 2023. O efeito líquido dessa geração de caixa está relacionado aos principais eventos incorridos no período, com aumento de capital de R\$ 242 milhões, AFAC recebido de R\$ 3.957,8 milhões, a liquidação de empréstimos e financiamentos de R\$ 377,2 milhões, e a distribuição de dividendos de no montante de R\$ 505,8 milhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada, especialmente pela comercialização física de diversas commodities e seus derivativos financeiros (*hedge*), por operações de importação de mercadorias, por conta e ordem de terceiros ou por encomenda e pela prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia registrou no exercício social de 2025 o crescimento foi de 2.677,15% comparado ao mesmo período no exercício social anterior. Já no exercício social de 2024, registrou aumento de 58,73% em suas receitas líquidas em comparação ao exercício social de 2023. Tal crescimento se deu em razão do aumento no volume de operações, bem como resultado da incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Introdução de novos produtos e serviços

Nos últimos 3 (três) exercícios não houve variações relevantes na receita da Companhia decorrentes da introdução de novos produtos e serviços no período.

Alterações de volumes e modificações de preços

Nos últimos 3 (três) exercícios as alterações de volumes e modificações de preço não produziram diretamente impactos relevantes na receita da Companhia.

Taxa de Câmbio

Outro fator a ser considerado na análise da evolução da receita é a variação da taxa de câmbio, uma vez que os produtos importados são convertidos em moeda nacional para precificação e valoração e influencia diretamente nos volumes faturados bem como exercendo impactos semelhante nas operações de comercialização física de commodities.

Inflação

Nos últimos 3 (três) exercícios a inflação não produziu impactos relevantes na receita da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nos últimos 3 (três) exercícios a variação de preços dos principais insumos e produtos não produziu impactos relevantes no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia. Para as operações da Companhia que são realizadas sob encomenda, os preços de venda permanecem inalterados, pois todos os custos e despesas operacionais, incluindo financeiros, são integralmente repassados aos clientes.

Taxa Câmbio

A Companhia, na execução de sua atividade de importação de mercadorias por encomenda de seus clientes, está sujeita aos efeitos das variações cambiais nos pagamentos aos fornecedores internacionais, bem como das variações nas taxas de juros nos financiamentos destas importações.

Todavia, pela característica inerente nas importações por encomenda, devidamente negociada e formalizada contratualmente, tais efeitos são integralmente repassados ao cliente encomendante da mercadoria importada pela Companhia, que acrescenta os valores correspondentes, positivos ou negativos, no valor da mercadoria importada e vendida ao cliente. Consequentemente, o impacto de tais efeitos no resultado contábil e no fluxo de caixa da Companhia são imateriais. Para a exportação, a desvalorização cambial pode resultar em aumento do preço da commodity, o que por sua vez pode gerar um aumento da receita ou do custo a depender do impacto sobre vendas ou compras respectivamente.

No entanto, é importante ressaltar que a desvalorização cambial também pode gerar, aumento dos custos de insumos importados como fertilizantes. Ainda sobre este ponto vale ressaltar a importância dos preços do petróleo, que tem impacto direto no custo de frete da operação dada a dependência da matriz nacional de escoamento sobre este insumo. Portanto, uma gestão cuidadosa e estratégica é necessária para otimizar os benefícios e mitigar os riscos associados à volatilidade cambial.

Taxa de juros

Nos últimos 3 (três) exercícios a taxa de juros não produziu impactos relevantes no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia. As taxas de juros das captações realizadas pela Companhia (FINIMP) são repassadas aos clientes no momento do faturamento e as captações via Certificado de Recebíveis do Agronegócio, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio e debêntures a Companhia adota a estratégia de *hedge accounting* de valor justo.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em estrita consonância com a revisão administrativa iniciada a partir de 01 de outubro de 2024, procedeu-se à implementação de uma alteração na apresentação da receita operacional líquida e dos custos dos produtos vendidos, de forma que, para as operações em que a entidade atua na qualidade de agente, tais valores passaram a ser reportados de maneira líquida (net).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro e 2023 , não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou opiniões modificadas no parecer de auditoria referentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O parecer de auditoria do exercício social de 2023, contudo, apresentou ênfase com relação a “Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, que foram alteradas e reapresentadas para refletir a adequação as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para companhias abertas, e para correções de erros, em consonância com a IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou descontinuidade nas áreas de negócio reportadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia no exercício social de 2023. Já no exercício social de 2024. Em 28/02/2025 a Companhia incorpora a sociedade Serglobal Participações Ltda, cujo capital social era de R\$91.282 mil dividido em 90.675.870 cotas. A sociedade incorporada por sua vez era a controladora da Sertrading S/A, que com esse evento a Companhia passou a ser a controladora da Sertrading S/A, que até então era uma das sócias do seu quadro societário. Em 07/11/2025, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, formalizou o fechamento da operação relacionada à compra do capital social do BTG Pactual Commodities (BR) S.A.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

2.5. Medições não contábeis

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Evento Subsequente Aumento de Capital BTG Pactual Commodities (BR) S.A. Em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 1.500 mil mediante a emissão de 5.000.000 novas quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, dos quais (i) R\$ 500 mil serão destinados à conta de capital social da Companhia e R\$ 4.500 mil serão destinado à conta de reserva de capital.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2025	2024	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social vigente, do lucro líquido do exercício,correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (b) constituição das reservas previstas na Lei das S.A., caso aplicáveis; (c) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto e da legislação aplicável; e (d) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente até 75% do lucro líquido poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de “Reserva	De acordo com o Estatuto Social vigente, do lucro líquido do exercício,correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (b) constituição das reservas previstas na Lei das S.A., caso aplicáveis; (c) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto e da legislação aplicável; e (d) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente até 75% do lucro líquido poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de “Reserva	A Sociedade não possuía regras diferenciadas das previstas na legislação aplicável para a destinação de resultado. O Contrato Social vigente em 31 de dezembro de 2023 não previa reservas estatutárias, nem outras reservas além das obrigatórias previstas na legislação. O Contrato Social então vigente determinava que ao término de cada exercício social, os administradores deveriam prestar contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do balanço geral da Sociedade, apurando-se os lucros e perdas, que seriam atribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas, conforme deliberado em reunião dos sócios que representem 75% do capital social, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.

	2025	2024	2023
	de Investimentos. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas à consecução do objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Estatuto Social, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A.. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para	de Investimentos. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas à consecução do objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Estatuto Social, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A.. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para	

	2025	2024	2023
	cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.	cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Retenção de Lucro: R\$ 54.535 mil.	Retenção de Lucro: N/A	Retenção de Lucro: R\$ 68.195 mil.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Do saldo remanescente após as deduções e reversões previstas no Estatuto Social, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.	Do saldo remanescente após as deduções e reversões previstas no Estatuto Social, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.	A distribuição de dividendos deveria observar a decisão dos sócios que representassem 75% do capital social. O Contrato Social não estabelecia percentual mínimo de distribuição.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada exercício social. Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, podendo, se julgar conveniente e atendidos os requisitos legais, declarar	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada exercício social. Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, podendo, se julgar conveniente e atendidos os requisitos legais, declarar	Os dividendos seriam distribuídos anualmente conforme deliberação dos sócios. A Sociedade poderia levantar balanços intermediários e proceder à distribuição dos resultados aos sócios, ainda que de forma desproporcional, conforme decisão de sócios que detivessem 75% do capital social, sendo que nenhuma destinação seria dada aos resultados

	2025	2024	2023
	dividendo intermediários ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros.	dividendo intermediários ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros.	sociais até que estes a deliberassem.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O dividendo mínimo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos com base no disposto acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.	O dividendo mínimo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos com base no disposto acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.	Não Aplicável
e. Se o emissor possui uma política de destinação de	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.

	2025	2024	2023
resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado			

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia possui investimentos em andamento referente ao arrendamento PAR14 que compreende um subconjunto de ações voltadas à implantação, ampliação, modernização, adequação, reposição e manutenção de bens de capital necessários à operação do terminal. Tais ações envolvem a execução de obras civis, instalação de superestrutura e aquisição de equipamentos destinados à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais. Estão incluídas intervenções para adequação e expansão da infraestrutura existente, como armazéns, pátios, sistemas de recepção rodoviária e ferroviária, moegas, correias transportadoras, tombadores e sistemas de pesagem, além da implementação de soluções tecnológicas voltadas à automação e controle das operações, tendo como local de implementação do projeto o Estado do Paraná (município de Paranaguá). Estima-se que o volume estimado de recursos financeiros totais necessários para a realização do o investimento seja de R\$1.300.000.000,00.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O investimento em andamento é financiado através da emissão 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quarto) séries no montante total de R\$ 1.000.000.000,00.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há andamento ou previsão para desinvestimentos relevante no plano de negócios da Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas relevantes em andamento para essa

finalidade.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A Companhia identifica rotineiramente os riscos e oportunidades das questões ESG, reconhecendo o nosso papel climático/ ESG buscando as melhores práticas ambientais (incluindo as climáticas), sociais e/ou de governança corporativa dos nossos clientes, assim como a nossa capacidade de conectar oportunidades de investimentos sustentáveis e de impacto entre empresas e projetos, além de investidores domésticos e internacionais.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia entende que não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

**ANEXO EXIGIDO PELO ARTIGO 13, I E II,
DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81
ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

8.1. Política ou prática de remuneração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social Corrente - 2026				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	11	-	14
Número de membros remunerados	0,00	7	-	7
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base	0,00	4.212.522,51	-	4.212.522,51
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	648.383,11	-	648.383,11
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração Variável Anual			-	
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação em Resultados	0,00	2.000.000	-	2.000.000
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Total	0,00	6.860.905,62	-	6.860.905,62
Observações: O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, com duas casas decimais				

**Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal
Exercício Social Encerrado - 2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	11	-	14
Número de membros remunerados	0,00	7	-	7
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base	0,00	3.957.520,58	-	3.957.520,58
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	587.765,80	-	587.765,80
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração Variável Anual			-	
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação em Resultados	0,00	1.743.303,85	-	1.743.303,85
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Total	0,00	6.288.590,23	-	6.288.590,23

Observações: O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, com duas casas decimais

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Encerrado - 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0,75	12,50	-	13,75
Número de membros remunerados	0,00	12,50	-	12,50
Remuneração Fixa Anual			-	
Salário Base	0,00	9.575.460,13	-	9.575.460,13
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	741.002,88	-	741.002,88
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração Variável Anual	0,00		-	
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação em Resultados	0,00	505.308,72	-	505.308,72
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Total	0,00	10.821.771,73	-	10.821.771,73
Observações: O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, com duas casas decimais				

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Encerrado - 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	12,33	-	12,33
Número de membros remunerados	-	12,33	-	12,33
Remuneração Fixa Anual	-		-	
Salário Base	-	10.446.046,00	-	10.446.046,00
Benefícios Diretos e Indiretos	-	620.541,91	-	620.541,91
Remuneração por Comitês	-	0,00	-	0,00
Outros	-	0,00	-	0,00
Remuneração Variável Anual	-		-	
Bônus	-	0,00	-	0,00
Participação em Resultados	-	0,00	-	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	-	0,00	-	0,00
Comissões	-	0,00	-	0,00
Outros	-	0,00	-	0,00
Benefícios pós-emprego	-	0,00	-	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	-	0,00	-	0,00
Remuneração baseada em ações	-	0,00	-	0,00
Total	-	11.066.587,91	-	11.066.587,91
Observações: O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, com duas casas decimais				

8.3. Remuneração variável

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.6. Outorga de opções de compra de ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.7. Opções em aberto

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.8. Opções exercidas e ações entregues

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.9. Diluição potencial por outorga

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.10. Outorga de ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.11. Ações entregues

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.12. Precificação das ações / opções

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.13. Participação detidas por órgão

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.14. Planos de previdência

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.15. Remuneração mínima, média e máxima

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.16. Mecanismos de remuneração / indenização

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2023	2024	2025	2026
Diretoria Estatutaria	100%	100%	0%	0%
Conselho de Administração	N/A	N/A	0%	0%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

*No exercício social de 2023 não havia parte relacionada aos controladores atuais da Companhia, uma vez que o controle foi adquirido em 1º de outubro de 2024, conforme informado nos itens 1.1, 1.12 e 6.1 deste Formulário de Referência.

** Em relação ao exercício social corrente as informações são prestadas considerando a relação dos administradores com o controlador atual da Companhia.

*** A Companhia não possuía Conselho de Administração constituído nos 3 últimos exercícios sociais e tampouco houve a instalação do Conselho Fiscal.

8.18. Remuneração – outras funções

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia informa que parte de seus administradores recebem remuneração paga pelo Banco BTG Pactual S.A., acionista controlador indireto da Companhia, a título de remuneração por conta de cargos de diretoria e gerência, conforme o caso, no Grupo BTG Pactual, conforme abaixo discriminado.

Órgão de Administração/Ano	2025	2024	2023
Diretoria	R\$ 1.509.990,26	0,00	R\$ 0,00*
Conselho de Administração	R\$ 1.106.415,30	R\$ 309.000,00**	N/A
*No exercício social de 2023 não há valores reconhecidos no resultado do atual controlador, sociedades sob controle comum ou controladas como remuneração dos Diretores, uma vez que o controle da Companhia foi adquirido em 1º de outubro de 2024, conforme informado nos itens 1.1, 1.12 e 6.1 deste Formulário de Referência. **Em relação ao exercício social corrente as informações prestadas consideram as remunerações dos administradores reconhecidas no atual grupo econômico, considerando o atual controlador. *** A Companhia não possuía Conselho de Administração constituído no exercício Social de 2023 e tampouco houve a instalação do Conselho Fiscal nos últimos 3 exercícios. **** A Companhia esclarece que, no caso dos administradores que ocupam cargo na Diretoria e Conselho de Administração da Companhia sua remuneração foi considerada para fins da tabela acima apenas no Conselho de Administração para evitar duplicidade de valores.			

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.